

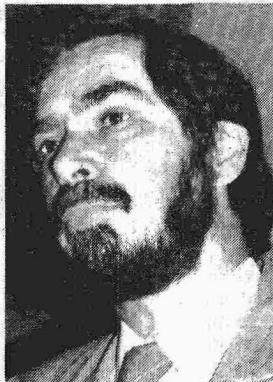
# "Cortar subvenções é questão de princípio"

O economista Geraldo Gardenali, da FGV-São Paulo, tem uma razão básica para condenar as subvenções que o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, tirou do Orçamento da União e que os congressistas, habituados a elas desde 1948, querem de volta: "É uma questão de princípio, não de montante. E se você aprova o princípio, fica aberto o caminho para ampliar as verbas". Gardenali preferiria que as subvenções fizessem parte da peça orçamentária, não obstante seu valor atual seja relativamente pequeno, estimado em Cz\$ 5,2 milhões por congressista e cerca de Cz\$ 3 bilhões para o total dos 559 senadores e deputados.

— A função dos congressistas — adverte Gardenali — começa a se desvirtuar por aí. Passa a haver um comércio de influências, a exemplo do que já ocorreu com verbas distribuídas aos municípios, que geraram a publicação de um *listão* envolvendo um ex-ministro do Planejamento.

Outro professor da FGV-SP, o ex-diretor da Dívida Pública do BC, Alkimar Ribeiro Moura, não chega a ver "a subvenção como mal em si", e entende como "louvável" a possibilidade de que os congressistas possam alterar o orçamento. "Só espero que não assegurem consistência orçamentária elevando tributos", afirma. Sua preocupação: que a revisão que, pela primeira vez em 20 anos e conforme a nova Constituição, os congressistas poderão fazer no orçamento afete sua consistência macroeconômica. "O déficit público, aparentemente, não se altera, mesmo que haja aumento de impostos para financiar novas despesas" — nota. "E os constituintes, de qualquer forma, começarão a raciocinar dentro de um novo contexto. A soma das partes terá que ser igual ao todo. Não dá para fazer mágica."

O economista Edy Luiz Kogut, doutor pela Universidade de Chica-



Arquivo

*Moura: aprendizado.*

go e diretor da distribuidora Equipe, entende que, por enquanto, "a análise é especulativa", ressaltando: "O orçamento significou uma melhoria grandiosa e factível de alteração". Mas o titular da Seplan, lembra Kogut, já manifestou preocupação acerca da possibilidade de implantá-lo. Seu temor, mais do que o espaço para a revisão orçamentária,

é com a limitação dos juros reais a 12%.

Diretor do Instituto de Economia Gastão Vidigal, da Associação Comercial de São Paulo, Kogut concorda com o que disse terça-feira o ex-presidente da ACSP, deputado federal Afif Domingos: "A Constituinte foi fruto de um conluio entre a esquerda e a direita cartorial, levando o País ao corporativismo, que foi a modernidade dos anos 30, ao contrário da modernidade atual, que é a do liberalismo". O que Afif não explicitou é que, nessa linha de raciocínio, há o risco de que boa parte dos congressistas, antes de votar as alterações no orçamento, pensem antes em suas conveniências pessoais.

Daí a ressalva de Ribeiro Moura de que o essencial, daqui para a frente, será o processo de aprendizado do Congresso para questões econômicas. A observação de Gardenali, repetida a seus alunos da FGV, é a de que, além dos aspectos operacionais, ou o presidente da República terá maioria no Congresso e fará prevalecer seu orçamento, ou corre o risco de vê-lo totalmente modificado. Outra questão será a do comportamento do Congresso ante uma limitação como a do déficit público operacional, combinada com organismos externos. É uma área cinzenta, observa, prevenindo ainda uma reorganização do Congresso e uma redefinição do papel de um organismo até aqui relevante: o Conselho Monetário Nacional, que, na prática, substituiu os poderes parlamentares há muitos anos.